



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**DIRETORIA-GERAL**

WLADEMIR  
DE  
SOUZA  
ROLIM  
04/07/2023 17:21

**REFERÊNCIA: PROAD N.º 12623/2023.**

**ASSUNTO: FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS<sup>1</sup> – SERVIÇOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – Cadastro de Colaboradores Eventuais – Declaração de inexigibilidade de licitação para contratação do colaborador eventual José Faustino Macêdo de Souza Ferreira e autorização para abertura do processo.**

Trata-se de contratação direta, mediante INEXIGIBILIDADE de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, do colaborador eventual **JOSÉ FAUSTINO MACÊDO DE SOUZA FERREIRA**, para conduzir<sup>2</sup> a oficina denominada “*Formação de Laboratoristas do TRT6*”, no período de **12 a 14 de julho de 2023**, com duração de 24 (vinte e quatro) horas, na Escola Judicial de Pernambuco<sup>3</sup> (ESMAPE), para 40 (quarenta) magistrados, magistradas, servidores e servidoras deste órgão, conforme projeto básico de fls. 13/18, aprovado pelo desembargador vice-diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (EJ-TRT6), no exercício da diretoria.

Constam, às fls. 70/72, pronunciamento preliminar desta Diretoria-Geral, ao qual ora se reporta, e, às fls. 73/76, parecer da Assessoria Jurídico-administrativa, no sentido de que, ressalvados os aspectos técnicos e econômico-financeiros, o procedimento para contratação pretendida está em conformidade com as normas vigentes, podendo ser autorizado, “*a critério da Diretoria da Escola Judicial*”.

O colaborador eventual em referência (CPF 050.215.524-81) encontra-se regular com relação à documentação exigida para contratação direta de pessoa física pela União, conforme se constata às fls. 30/32.

**DO EXPOSTO**, demonstrados a inviabilidade de competição e o enquadramento do caso concreto à hipótese legal, e considerando a delegação de atribuição conferida pelo desembargador diretor da Escola Judicial deste Regional por meio do inciso II do artigo 1º do ATO EJ-TRT6 n.º 01/2023, **declaro a opção por contratar diretamente o colaborador eventual José Faustino Macêdo de Souza Ferreira, mediante INEXIGIBILIDADE de licitação, com fulcro no inciso II do artigo 25, combinado com o inciso VI do artigo 13 da Lei n.º 8.666/1993, em atenção aos incisos I e II do artigo 191 da Lei n.º 14.133/2021, incluídos pela Medida Provisória n.º 1.167/2023<sup>4</sup>**, e autorizo a abertura do processo em epígrafe, observada a disponibilidade orçamentária informada à fl. 58.

**À Coordenadoria de Licitações e Contratos**, para emissão do relatório final do processo de contratação direta.

Recife, data conforme assinatura eletrônica.

**WLADEMIR DE SOUZA ROLIM**  
Diretor-Geral do TRT da 6ª Região

<sup>1</sup> Vide classificação da despesa (fl. 56).

<sup>2</sup> Em conjunto com o colaborador eventual **João Guilherme de Melo Peixoto** - cujo procedimento de contratação direta tramita no **PROAD n.º 12223/2023** -, consoante informação prestada pela Escola Judicial, por meio de pedido complementar, à fl. 68.

<sup>3</sup> Atual denominação da Escola Superior de Magistratura de Pernambuco.

<sup>4</sup> “Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: *(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)*  
I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e *(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)*

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. *(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)*

